

Muito além do conteúdo: como a comunicação pode ajudar a entender o trabalho nos Parlamentos

*Much more than words: how
Communication can help us
understand work in Parliaments*

Entrevista com Emma Crewe

[Interview with Emma Crewe]

Giulia Sbaraini Fontes

Universidade de Milão

[University of Milan]



política

Revista Compolítica

Ano 2024, v.14, n.2

compolitica.org/revista

ISSN: 2236-4781

10.21878/compolitica.2024.14.2.739

Muito além do conteúdo: como a comunicação pode ajudar a entender o trabalho nos Parlamentos

Giulia Sbaraini FONTES

A antropóloga Emma Crewe é professora e codiretora do departamento de Antropologia e Sociologia da SOAS (*School of Oriental and African Studies*, ou Faculdade de Estudos Orientais e Africanos) da Universidade de Londres. Crewe se dedica a estudos sobre Parlamentos desde o final dos anos 1990, quando iniciou um projeto de pesquisa na Câmara dos Lords, no Reino Unido. Seu primeiro livro sobre o tema, *Lords of Parliament: Manners, rituals and politics* (CREWE, 2005), incluiu a entrevista de 150 parlamentares e funcionários a respeito das relações sociais e da cultura do Parlamento durante um processo de reforma. Depois, entre 2011 e 2013, Crewe dedicou-se ao estudo da Câmara dos Comuns. Também conduziu pesquisas sobre os Parlamentos de Bangladesh, da Etiópia e do Texas, nos EUA. Parte do seu trabalho envolve levantar fundos para fomentar pesquisas sobre as relações entre Legislativos, políticos e a sociedade civil em diferentes países do mundo, principalmente com foco em etnografias comparativas. Seu último projeto, intitulado *Ethnographies of Parliaments, Politicians and People* (“Etnografias de Parlamentos, Políticos e Pessoas”)¹, foi financiado pelo *European Research Council* e envolveu pesquisas no Brasil, na Etiópia, em Fiji, na Índia, no Reino Unido e nos EUA.

Nessa entrevista concedida por vídeo à *Revista Compolítica*, Crewe fala sobre a aplicação do método etnográfico ao estudo de Parlamentos, explica a tipologia que desenvolveu para explicar dinâmicas nas Casas Legislativas e esclarece como a comunicação é elemento central nesses processos.

¹ Ver <https://grnpp.org/ethnographies-of-parliaments/>.

Considerando que os estudos sobre Parlamentos têm predominância de abordagens da Ciência Política, quais desafios você enfrentou por ter se debruçado sobre o tema a partir de uma perspectiva antropológica?

Eu não enfrentei muitos problemas com os parlamentares ou com funcionários do Parlamentos. Eu os abordava dizendo: “Sou uma pesquisadora interessada no Parlamento contemporâneo. Como uma historiadora, quero entender as diferentes dimensões [do trabalho parlamentar] e como elas se relacionam”. Eles compreendiam isso muito facilmente, entendiam que eu estava interessada no que eles realmente estavam fazendo cotidianamente². Já os cientistas políticos, e também os pesquisadores da área do Direito, ficavam mais confusos. Quando eu ia a conferências ou quando recebia pareceres dos meus artigos submetidos a revistas acadêmicas, inicialmente eles afirmavam que não entendiam muito bem o que eu pretendia e questionavam de que forma a minha pesquisa era rigorosa. O que eu tentava explicar era que antropólogos estão interessados não apenas em indivíduos ou nos processos mais sistêmicos e estruturais, mas também nos relacionamentos entre as pessoas. Quando eu comecei a escrever livros sobre o tema, as pessoas começaram a reconhecê-los como algo muito similar a um livro de História, mas sobre o presente. E eu realmente trabalhei obsessivamente para dar subsídios ao que eu estava afirmando.

No passado, os sociólogos criaram uma espécie de tipologia para os diferentes aspectos envolvendo o trabalho parlamentar: representação, escrutínio, trabalho em comissões, junto ao eleitorado... O problema é que eu percebia que o cotidiano no Parlamento britânico escapava a essas categorias. Essas tipologias foram um esforço para compreender de forma sistemática esses diferentes tipos de trabalho e como eles se sobrepõem, porém, diferentes parlamentares lidavam com eles de forma muito distinta, não apenas em termos de atitude, mas também em relação ao que eles realmente investiam o seu tempo, com quem conversavam, em que colocavam a sua energia, o que priorizavam. Eventualmente os cientistas políticos puderam perceber que eu estava fazendo um esforço para também ser sistemática e rigorosa [na minha análise], e gradualmente fomos nos entendendo melhor.

² Sobre a etnografia de Parlamentos, ver Crewe (2017; 2021a).

Agora, alguns cientistas políticos jovens começaram a fazer etnografia no Reino Unido. Recentemente, fui nomeada para fazer parte do comitê executivo do *Study of Parliament Group*³, que reúne funcionários do Parlamento e pesquisadores que estudam o Legislativo britânico. Vi isso como um sinal de interesse não só no meu trabalho, mas também no da Antropologia e da Sociologia. No Reino Unido eu diria que há muita abertura para essas abordagens mais sociais de estudo dos Parlamentos. Também há interesse na França, em que a Antropologia é uma disciplina muito mais difundida. Nos Estados Unidos, porém, eu diria que ainda há domínio das abordagens quantitativas.

A partir das suas pesquisas etnográficas, você desenvolveu uma tipologia própria para explicar as dinâmicas políticas que ocorrem dentro dos Parlamentos. São três categorias: ritos, ritmos e riffs (CREWE, 2021b). Você poderia explicar a que cada uma dessas categorias se refere?

Isso se relaciona ao que eu disse anteriormente. Os colegas com quem eu debatia, que têm origem na Ciência Política, estavam tentando compreender o meu argumento de que a minha pesquisa era sistemática. Então eu resolvi me desafiar a fazer uma tipologia que me ajudasse a estudar o tema e enfatizasse os relacionamentos entre as pessoas. A política é uma forma de trabalho, o que coloca o Parlamento em contraste com a família, a Igreja ou outros lugares que frequentamos por entretenimento. Se o Parlamento é um espaço de trabalho, de que forma podemos entendê-lo de forma sistemática sem tratá-lo como uma máquina cheia de engrenagens? O que eu buscava era uma forma muito humana de explicar o que acontecia ali.

Inicialmente, eu me interessei pelos rituais, o que é típico dos antropólogos. Eu percebi que decisões muito importantes tomadas no Parlamento e discussões acaloradas são sempre resolvidas com um ritual. Você não pode ter uma lei aprovada ou uma nova composição do Parlamento formada por meio de eleições sem um ritual. Eu fiquei muito interessada nos rituais que aconteciam em Westminster, não apenas nas cerimônias – que são menos frequentes e nos dizem mais quem é importante e como as pessoas se relacionam. Então percebi que precisava entender os diferentes componentes do ritual. O que eu identifiquei foram dois domínios importantes para entender o que é importante no trabalho político. Um tem a ver com o conteúdo, com a ideologia, com os significados. O outro tem mais a ver

³ Ver <https://studyofparliamentgroup.org/>.

com performance. Isso de alguma forma se relaciona a debates antigos na Antropologia, sobre o que é mais importante ao estudar rituais: os sentidos criados por eles ou as relações que eles estabelecem, seja confirmando ou contestando hierarquias.

Ao pensar sobre o conteúdo, me dei conta de que a ideologia é algo desenvolvido por indivíduos, mas também por partidos políticos e até mesmo pelo Parlamento como um todo. É algo muito mais dinâmico e fluido do que é concebido nas teorias estruturalistas. Fiquei muito interessada quando um parlamentar me disse que, quando você está comunicando ideias, você precisa lidar com a tensão existente entre a tentativa de ser autêntico e de oferecer uma certa continuidade ao que você defende, de um lado, e o fato de ser confrontado por audiências completamente diferentes, de outro. Ou seja, é preciso que você se ajuste às diferentes audiências. E a sua ideologia, de certa forma, precisa se ajustar com você. Esse parlamentar, chamado Chris Bryant, falou sobre desenvolver *riffs*, como um músico de jazz. Você precisa ter algo como uma melodia central – por exemplo, ele tinha uma perspectiva específica sobre pensões, tema que era a sua especialidade –, mas também precisa ter a capacidade de falar sobre aquele assunto por trinta segundos ou um minuto, cinco minutos, meia hora, duas horas. E se você estiver falando com um grupo de eleitores seu discurso será muito diferente em relação ao que usaria diante de especialistas em pensões. Isso me ajudou a entender a natureza dinâmica da forma como a ideologia é comunicada. É preciso pensar nesse processo como uma série de diferentes redes dentro das quais um emissor precisa se adaptar dependendo da audiência, das pressões políticas, do momento. É realmente como uma performance musical que requer improvisação, ainda que o espírito da canção seja sempre o mesmo. Cada performance será levemente diferente.

Mas eu ainda estava insatisfeita porque sentia que havia algo faltando. Foi só quando eu comecei a ler o trabalho de alguns geógrafos que estavam escrevendo sobre ritmos que comecei a ver a importância de observar as formas como cada performance é encarnada. Isso me fez perceber que, para entender o que está acontecendo na política, é preciso ver para onde os corpos estão indo. Quando os parlamentares estão no plenário, eles não estão apenas sentados lá por horas, eles estão saindo para os corredores e conversando uns com os outros, estão passando pequenas anotações entre si, ou então saindo da sala e indo para outro local para uma reunião completamente diferente, possivelmente perdendo algo importante. Observar os ritmos criados pelos corpos, tanto os individuais como os de grupos de parlamentares (organizados não apenas por partidos, mas também por comissões, por causas, por etnias, por gênero, ou seja, por todas as dimensões possíveis), e quem fala com quem, e

como eles falam entre eles, é incrivelmente revelador. O meu argumento é de que, se você estudar os ritmos, os rituais e os *riffs* em um Parlamento, você irá descobrir, sistematicamente, aspectos importantes do trabalho que ocorre ali.

No caso dos riffs a conexão com a comunicação é bastante clara. E para as outras dimensões, você considera que há essa relação? De que maneira ela ocorre?

Sim, a relação existe. A comunicação não diz respeito apenas ao conteúdo de um discurso, às palavras. Observar de que forma essa mensagem é emitida pode ser incrivelmente revelador. Discursos podem soar de maneira muito distinta se forem proferidos por uma voz jovem ou mais velha, por um homem ou por uma mulher. Se for uma performance para um grupo de pessoas que está ouvindo o falante em tempo real, o que elas ouvirão daquele discurso em particular será influenciado pela ressonância causada por algo experienciado no corpo, não apenas na mente (se é que é possível separar corpo e mente). E há um outro aspecto que não diz respeito apenas à performance do corpo ao comunicar ideias: para entender a comunicação, você precisa olhar para quem está emitindo e para quem está recebendo as mensagens. Você precisa descobrir quem está envolvido nos dois lados. Há todos os tipos de configurações, a comunicação não é sempre individual: pode ser de um partido, por exemplo, por meio de um manifesto. Os ritmos criados pelas pessoas que estão fazendo a comunicação nos dizem muito sobre quem está incluído, quem está excluído, quem está envolvido de uma forma importante ou marginalizada. Há uma certa política na comunicação que não pode ser compreendida a não ser que você observe o ritmo da comunicação e – de forma cada vez mais importante – o quanto ela é mediada, por exemplo, por meios digitais ou pela imprensa. Há um ritmo para a comunicação digital assim como para a comunicação face a face.

Os rituais, de certa forma, são constituídos tanto de ritmos quanto de *riffs*. Você não consegue realmente compreendê-los se observar apenas uma dessas dimensões. E os dois elementos são, absolutamente, sobre comunicação. Eles podem também ser sobre outras coisas, como disputas de poder e hierarquias, mas rituais são importantes porque estão comunicando algo. É sobre isso que eles são. Não há sentido em um ritual se ele não está comunicando nada. Ou seja, no fim das contas, um ritual é um ato de comunicação. Quanto mais importante for o conteúdo e o resultado dessa comunicação, mais estrito ele será. Por exemplo, em um tribunal, um momento muito delicado ocorre

quando uma pessoa é sentenciada. Imagine isso sendo feito sem qualquer ritual. Simplesmente não funcionaria. Se fosse algo informal, feito de forma casual, ninguém reconheceria aquela decisão. Então a comunicação não está apenas no conteúdo literal, mas também na significância política e social do ato comunicativo. E os rituais são muito relevantes para nos dizer o quanto algo é importante.

Você começou o seu estudo sobre o Parlamento britânico ainda nos anos 1990. Muita coisa mudou desde então, principalmente no que diz respeito à comunicação. De que forma você considera que a comunicação digital afetou dinâmicas observadas dentro dos Parlamentos, especialmente no Parlamento britânico?

Vou responder a essa questão pensando principalmente no que os antropólogos têm a dizer sobre o impacto da comunicação digital. Eles não são os únicos a dizer isso, mas eu acho que a Antropologia é muito boa em realmente se aprofundar nas formas como essa comunicação mudou as relações entre as pessoas. Nesse sentido, há dois aspectos realmente interessantes sobre a comunicação digital que me chamam a atenção e que têm um impacto importante sobre essas relações. Um deles está ligado à forma como as plataformas digitais permitem muito mais o anonimato. Já é um clichê dizer que o fato de as pessoas terem muito mais espaço para se comunicar anonimamente está produzindo impactos profundos. É claro, já era possível escrever algo para alguém sem se identificar, mas há maior magnitude, que inclui uma certa aceleração, e a oportunidade muito maior para um número enorme de pessoas se expressarem de forma anônima. Isso é particularmente relevante no estudo da política porque as pessoas estão, cada vez mais, vendo-a como uma espécie de domínio obscuro. As pessoas enxergam o lado conflituoso da política, a agressividade e o antagonismo contidos nela – o que na verdade é necessário, considerando que a democracia é feita da competição entre os diferentes partidos e grupos. Em alguma medida, as críticas são inevitáveis, mas a crítica entre oponentes respinga no público, nos eleitores, nos ativistas, se torna algo difundido. Ou seja, pensar sobre as plataformas digitais é dizer que elas oferecem muito mais oportunidade para que as pessoas usem a capa do anonimato para expressar o antagonismo de maneiras que estão cada vez mais improdutivas.

Aliado a isso, essas plataformas também aumentam a sensação de uma certa alienação que as pessoas possuem umas das outras, já que muito da comunicação digital sobre política, especificamente, é muito agressiva. Eu acredito que isso tudo está gerando efeitos preocupantes na saúde mental não apenas das pessoas que estão sendo agredidas, mas também de quem está testemunhando tudo isso.

Em uma perspectiva mais positiva, eu diria que nós estamos em um período não regulamentado, uma espécie de faroeste da comunicação digital. Acredito que veremos mais regulação, o que vai abrir espaço para o grande potencial e os benefícios da comunicação digital, especialmente para o ativismo. No momento é difícil enxergar isso porque há muita polarização, muito cinismo. Mas acredito que isso vá mudar. O potencial pelo qual as pessoas esperavam – de ampliar o escopo da democracia, permitindo uma expressão mais ampla de ideais políticos para uma audiência maior – ainda está aí, e há boas perspectivas na medida em que se discute mais e mais a ideia de regulação, com um senso maior de ordem tanto das plataformas quanto de governos para criar um ambiente com mais inclusão e respeito entre as pessoas.

A comunicação digital também teve impacto sobre o trabalho dos jornalistas, inclusive na cobertura de processos parlamentares. Que transformações você observou ao longo dos anos?

Vou começar falando de um aspecto que demonstra como jornalistas são muito adaptáveis e conseguem se mover junto com o tempo. A desinformação, como todos sabem, se tornou um problema significativo. Há jornalistas fantásticos, aqui no Reino Unido e em outros países, que estão se tornando especialistas na checagem de fatos, tanto em empresas de comunicação, mas também nas redes sociais digitais. É um serviço que sempre esteve ali, já que o Jornalismo sempre foi sobre tentar apresentar as mais precisas descrições e análises sobre o que acontece no mundo. Mas eu acho que essa função se tornou mais urgente e tem se apresentado como um aspecto muito importante do papel da imprensa para a democracia.

De maneira mais preocupante, tenho observado que no Reino Unido há uma espécie de conluio entre jornalistas e políticos, no qual os jornalistas possuem um viés político muito forte em alguns casos. Não há problema nisso se você for extremamente claro e honesto sobre esse viés. O problema é quando isso fica velado, ou seja, quando os jornalistas interpretam a realidade sob um determinado ponto de

vista sem deixar claro qual é esse ponto de vista. Todo mundo possui um viés de algum tipo – todos possuem suas próprias histórias, sua forma de treinamento, seus valores etc. Me incomoda quando vejo jornalistas que têm esse grande viés e o escondem, o que me parece uma forma de trapaça. Eu acredito que isso sempre ocorreu, não é algo que emergiu recentemente, mas as plataformas digitais impuseram desafios à imprensa tradicional. Em um mundo incrivelmente competitivo, com recursos limitados, os jornalistas são impelidos a atuar de forma menos íntegra, infelizmente. Eles acabam pegando atalhos e fazendo concessões para vender mais notícias.

Os EUA parecem estar ainda mais envolvidos em guerras culturais e na polarização política. De alguma forma a comunicação digital espelha isso. Então parece haver ainda menos disciplina, menos regulação e mais conflito. É definitivamente mais alarmante, há mais extremismo. A ascensão da extrema direita tem relação com as redes sociais digitais e envolve tanto os jornalistas quanto os políticos, em uma escala ainda maior [do que no Reino Unido].

Falamos, ao longo da entrevista, sobre a forma como a comunicação está envolvida nos vários processos que se desenrolam nos Parlamentos. Para terminar a nossa conversa, gostaria de saber se você lembra de algum caso que tenha observado no qual a comunicação fez a diferença, seja para criar ou para resolver uma crise política?

Uma das coisas que eu considero fascinantes no estudo da política é como algo pode parecer completamente diferente na superfície. Quando você se aprofunda em um caso específico, se dá conta da complexidade, das diferentes versões que podem existir para um mesmo acontecimento. Para dar um exemplo, em 2009 houve um grande escândalo [no Reino Unido] porque o *Daily Telegraph*, um jornal de grande reputação, publicou uma grande quantidade de informações sobre parlamentares que estavam sendo muito generosos com o uso de verbas parlamentares⁴. Isso veio à tona porque o Parlamento havia introduzido a Lei de Acesso à Informação⁵. Todos sentiam que expor informações

⁴ Ver <https://www.telegraph.co.uk/news/mps-expenses-scandal/>.

⁵ Sobre o caso, ver Crewe e Walker (2019).

envolvendo organizações públicas era uma coisa boa. No entanto, isso também abre a possibilidade de que essas informações não sejam adequadamente compreendidas.

Enquanto o *Daily Telegraph* realmente expôs evidências de que havia gastos excessivos por alguns parlamentares, o público compreendeu – a partir de reportagens publicadas por outros jornais, principalmente – que praticamente todos os parlamentares eram corruptos, o que não era verdade. Algumas vezes, informações podem ser apresentadas de forma confusa produzindo grandes mal-entendidos. E, na verdade, havia provavelmente em torno de cinco pessoas que realmente haviam cometido fraude nesse caso. A maioria havia concordado com um esquema generoso de pensões e subsídios para compensar o fato de que eles não haviam aprovado um aumento de salários para não ficar mal diante do público. E havia, ainda, aqueles que não sabiam de nada.

De alguma forma, a estupidez foi o fato de os parlamentares terem buscado manter essas informações em segredo, se eximindo da Lei de Acesso à Informação. Se eles tivessem se antecipado, explicado o caso todo com detalhes e cuidado, mostrando as evidências e os recibos, tornando tudo público, eu não acho que isso teria se tornado um escândalo. Então esse é um exemplo de que, se você vai ser transparente a respeito de informações públicas, você realmente tem que fazê-lo da forma correta. Não pode ser pela metade. E não é possível culpar jornalistas por pegar pedaços de informações e serem levados por eles, já que você mesmo está tentando esconder coisas do público. Nesse caso, os políticos realmente falharam em se antecipar à forma como as pessoas receberiam a nova lei [de Acesso à Informação]. Foi um imenso fracasso de comunicação.

.

Referências

CREWE, E. **Lords of Parliament: manners, rituals and politics**. Manchester: Manchester University Press, 2005.

_____. Ethnography of Parliament: Finding Culture and Politics Entangled in the Commons and the Lords. **Parliamentary Affairs**, v. 70, n. 1, p. 155-172, janeiro. 2017.

_____. An ethnography of parliamentary ethnographers: riffs, rhythms and rituals in their research. **Journal of Organizational Ethnography**, v. 10, n. 3, p. 337-345. 2021a.

_____. **An Anthropology of Parliaments** – Entanglements in democratic politics. Londres: Routledge, 2021b.

CREWE, E.; WALKER, A. **An Extraordinary Scandal** – The Westminster expenses crisis and why it still matters. Londres: Haus, 2019.

Sobre a autora

Giulia Fontes é pesquisadora de pós-doutorado da Università degli Studi di Milano (Itália). É doutora e mestra em Ciência Política pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). E-mail: giuliasfontes@gmail.com.

Data de submissão: 16/09/2024

Data de aprovação: 23/10/2025